

# Uma velha história carioca

## IGNACIO M. RANGEL

— Caboclo, explique ao comandante que o “prego no câmbio” não pode continuar.

O caboclo era eu, modesto jornalista de província, depois de dois anos de prisão e oito de domicílio coacto em São Luiz do Maranhão e engajado, meio como jurista, meio como economista, na equipe do mesmíssimo Vargas que o prendera; o comandante era o subchefe da Casa Militar do Presidente, por este incumbido de supervisionar a implantação da indústria pesada, a começar pela automobilística, depois ministro de Estado, almirante e homem de empresa, Lúcio Meira, com quem travava, naquele momento, relações de colaboração e amizade que perduram; quem falava era Jesus Soares Pereira, que substituíra Rômulo Almeida, na chefia da assessoria econômica do Presidente; o lugar, o anexo do Palácio do Catete ocupado pela assessoria; o momento, 23 de outubro de 1953.

Por mais de dez anos a taxa de câmbio estivera congelada em Cr\$ 18,70/US\$ 1, enquanto os preços internos haviam mais que triplicado, ao ritmo “explosivo” de 12% ao ano — elevado a 14,4% no último ano. Muitos economistas se referiam a esse descompasso com a expressão “prego no câmbio”, que implicava uma deformação da função básica de produção do País, tornando-a “capital intensive”, uma vez que o “fator capital” (identificado com os bens de produção importados, já que nosso Departamento 1 era embrionário) barateava-se, a cada dia, comparativamente ao “fator trabalho” (a mão-de-obra nacional, cujos salários tinham que crescer com a inflação interna).

Sem essa “deformação”, a industrialização teria gorado, pois não sei que seja uma industrialização não poupadora de mão-de-obra, mas a verdade é que uma tecnologia condizente ao emprego prioritário de um fator de oferta inelástica, como aquele, também não tem futuro. Nossos mentores do FMI, então, como agora, os árbitros de nossa política econômica, não viam que o Brasil tinha um Departamento 1, embora basicamente artesanal, que podia ser posto em evidência, com a mudança dos preços relativos, e acreditavam que não

haveria alternativa à importação de bens de capital. Encarecendo-se estes, a pressão industrializante teria que amainar. Era a “pausa para respirar”, a que se referia o poderoso ministro Osvaldo Aranha, assessorado por Eugênio Gudim, ao apresentar a Instrução 70 da Sumoc ao Congresso e ao País.

Isso colocava contra a medida todos os industrialistas do País, que queriam acelerar e não amainar o processo de industrialização. Inclusive o comandante Meira. Eu e Soares éramos de outro parecer. Achávamos que o País tinha um potencial produtivo gravemente subutilizado, de modo que o encarecimento dos bens de capital bem podia deslocar para a indústria pesada o esforço de substituição de importações, até então confinado ao campo da indústria leve. E ambos, desde o primeiro momento, viamos na Instrução 70 um instrumento muito a propósito para isso, ao estabelecer o sistema de taxas múltiplas de câmbio... desde que fosse possível mandar para as categorias mais altas (de dólar mais caro) os produtos cujo suprimento interno fosse possível visualizar, deixando nas categorias mais baixas (dólar mais barato) os insumos a importar para o mesmo fim.

O comandante Meira não havia ainda chegado a essa abordagem do problema — na qual eu e Soares nos situávamos em posição isolada, dentro da profissão — mas, por outro lado, nem antes nem depois conheci ninguém que fosse mais capaz de fazer essa crítica distinção entre insumos e produtos da indústria pesada, cuja implantação tomaria o subsequente quartel de século de nossa história.

Pusemo-nos, os três, a trabalhar, até alta noite e, no dia seguinte, o comandante Meira, nos concílios de política econômica nos quais representava o Catete, ao invés de assumir uma atitude hostil à “reforma Aranha”, fazia uma entusiástica defesa dela, propondo medidas práticas que, pouco tempo depois, encontrariam eco no Programa de Metas de Juscelino.

Ignacio M. Rangel é economista e formado em Direito, presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro e autor de vários livros, entre eles, “A inflação brasileira” e “Tecnologia — ciclo e crescimento”.